



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GRACCHO CARDOSO DA COMARCA DE GRACCHO CARDOSO
Rua da Glória, Bairro Centro, Graccho Cardoso/SE, CEP 49860000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201860200389	Distribuição: 04/12/2018
Número Único: 0000367-18.2018.8.25.0003	Competência: Graccho Cardoso
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: MATEUS SANTOS
Endereço:
Complemento:
Bairro:
Cidade: GRACCHO CARDOSO - Estado: SE - CEP: 49860000
Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS - 5º ANDAR
Complemento: PRÉDIO
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GRACCHO CARDOSO DA COMARCA DE GRACCHO CARDOSO
Rua da Glória, Bairro Centro, Graccho Cardoso/SE, CEP 49860000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GRACCHO CARDOSO DA COMARCA DE GRACCHO CARDOSO
Rua da Glória, Bairro Centro, Graccho Cardoso/SE, CEP 49860000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201860200389

DATA:

04/12/2018

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201860200389, referente ao protocolo nº 20181203200405467, do dia 03/12/2018, às 20h04min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE AQUIDABÃ DISTRICTO JUDICIÁRIO DE GRACCHO
CARDOSO - SERGIPE**

MATEUS SANTOS, brasileiro, convivente, lavrador, portador do RG nº 3.665.860-0 SSP/SE e CPF nº 069.339.525-76, residente e domiciliado no Povoado Imbira, S/N, Zona Rural, Graccho Cardoso/SE, CEP 49.860-000, Tel.: (79) 99910-5003, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

DOS FATOS

No dia 21 de Outubro de 2017, o Requerente encontrava-se como garupa no veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 150 TITAN KS, ano 2008/2009, cor





preta, placa IAN-2879, CHASSI 9C2KC15109R002340, Nossa Senhora da Glória/SE, em nome de João Raimundo Barreto, conduzida por este, pela rodovia engenheiro Jorge neto, quando ao tentar desviar de um animal (cachorro) que atravessou a via, ambos caíram, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fratura na tíbia em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), em 06 de Abril de 2018, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

DO DIREITO

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:



Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), em 06 de Abril de 2018, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. **Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o esaurimento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insubistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)
II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.
(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente



decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE)DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. “O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente



fixada” Súmula n. 256- STJ. “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;



-
- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 03 de Dezembro de 2018.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



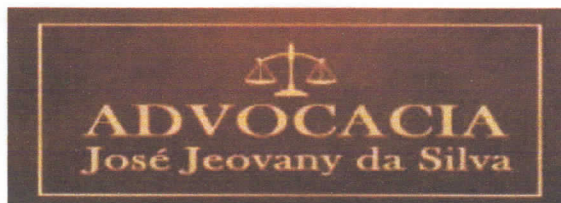
ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Mateus Santos Brasileiro, brasileiro, solteiro, lavrador inscrito no RG sob N.º 3.665.860-0 SSP/SE e no CPF sob N.º 069.339.525-76, residente e domiciliado no Povoado Imbuia, S/N Zona Rural, Graeco Estado do SE, CEP: 49.860-000.

OUTORGADO: José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o n.º 12.367 e na OAB/SE, sob o n.º 889-A, CPF sob o n.º 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, n.º 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

N.ª Sr.ª da Glória/SE, 21 de Agosto de 2018

Assinatura



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Declarante: Matheus Santos Inguilheris, exporiente,
inscrito no RG sob N.º 3.665.860-
055/SE e no CPF sob N.º 069.339.525-
76, residente e domiciliado no Parque
Imbuá S/N Zona Rural, Graeco Lado-
10/SE, CEP: 49860-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da “Gratuidade da Justiça”, que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N. Sra. da Glória/SE, 21 de Agosto de 2018

Matheus Santos
Assinatura



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Mateus Santos, portador(a)
do RG sob n. 3.665.860-0 expedido pelo SSP/SE em 09/02/2012 e no
CPF sob n. 069.339.525-76, venho, por meio desta, declarar que resido
neste endereço: Parqueado Imbuia, S/N,
Bairro: Zona Rural, Cidade: Graccho Landoso,
UF SE, CEP: 49860-000.

Nossa Senhora da Glória/SE 21 de Agosto de 2018



x. Mateus Santos

Assinatura



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENDES"

Mateus Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Luciano P

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL
3.665.860-0

DATA DE
EXPEDIÇÃO 09/02/2012

NOME
MATEUS SANTOS

FILIAÇÃO

MARIA INEZARE SANTOS

NATURALIDADE
N.B. DA GLORIA-SE

DOIS ORIGEM

CT. NASCIMENTO NR 30984/LM 221 FL 11 26
PART. DO DIST. DA CÂMARA DE N.S. DA GLORIA
069.359.520-76

DATA DE NASCIMENTO
06/12/1994

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Sistema Único de Saúde

MATEUS SANTOS

Data Nasc.: 06/12/1994 Sexo: M

700 5007 4890 4557



DISQUE 301 DE 336

Este cartão é de uso pessoal e intransferível.
Em caso de roubo ou perda, comunicar ao SUS.

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SUS

EDINALVA DOS REIS SANTOS
POV. 000 / IMBIRA - AREA RURAL
GRACHO CARDOSO / SE CEP 43660003 (AG 400)
Emissão: 12/01/2018 Referência: Jan / 2018
Classe/Sucesso: RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFASICO
Roteiro: 9-400-374-850 Nº medidor: N1052114184

energisa
ENERGISA SERGIPE-DISTRE ENERGIA SA
Rua Min Apolônio Sá, 81 - Imbuí - Barro Alto
Arucaçu / SE - CEP 45040-150
CNPJ: 13.017.452/0001-65 Ins. Est: 270.787.438
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000 881 161
Cód. para Débito Automático: 00007533607

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPE/ CNPJ/ RANI
Jan / 2018	16/01/2018	15/02/2018	94492042504 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **3/753360-7**

Canal de contato

ATENÇÃO - AVERIGUAÇÃO CADASTRAL 2017
Procure a prefeitura de sua cidade até 12/03/2018 para atualizar seus dados no Cadastro Único e evitar a perda de Tarifa Social de Energia. Para mais informações ligue para o MDSA-0800 707 2073.
- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.
- Compartilhe sua energia conosco também nas redes sociais. Estamos presentes no facebook.com.br/energisa e no Twitter (@energisa), sempre que precisar da gente. Queremos estar sempre próximos!

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
15/12/17	3147	16/01/18	3210		63	31

Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Base Calc	Alíq	Valor (R\$)	Base Calc	Alíq	Valor (R\$)
		Tributos (R\$)		ICMS (R\$)		Faz. Confins (R\$)		(0,000000) (R\$)	
0601	Consumo até 90 kWh-ER	30,000	0,167850	5,03	0,00	0	0,03	5,03	0,04
0601	Consumo - 31 e + kWh-ER	33,003	0,267770	8,49	0,00	0	0,00	8,49	0,87
0601	Adic. B. Variáveis			0,43	0,00	0	0,00	0,43	0,00
0610	Subsídio			16,88	0,00	0	0,00	16,88	0,85
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0907	CONTRIB. ILM. PÚBLICA			10,29	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0904	JUROS DE MORA 12/2017			0,07	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0905	MULTA 12/2017			0,26	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0904	COMPENSAÇÃO POR D.C. MENSAL 11/2017			-0,67	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0609	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 12/2017			0,03	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-16,08	0,00	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL				26,88	0,00	0,00	0,00	31,33	0,85

Média últimos meses (kWh)
82

VENCIMENTO
23/01/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 25,83

Histórico de Consumo (kWh)

54	49	45	54	51	59	62	70	88	54	52	76
Dez/17	Nov/17	Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17

RESERVADO AO FISCO
fe6.3a28.a4b7.a8d3.0879.7f22.00b9.e198.

Indicadores de Qualidade				Comparação de Qualidade		
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	23,85	17,42	NOMINAL	Serviço de Distribuição de Energia Elétrica	0,0000	0,00
DIC TRIMESTRAL	47,70			Serviço de Manutenção	0,0000	0,00
DIC ANUAL	7,74	3,00	CONTRATADA	Energia Setorial	0,0000	0,00
FIC MENSAL	15,43		LIMITE INFERIOR	Impostos, taxas e encargos	0,0000	0,00
FIC TRIMESTRAL	30,86		LIMITE SUPERIOR	Outros Serviços	0,0000	0,00
FIC ANUAL	9,39	10,60				
DIC M	18,80					
DIC T						
Total					26,40	100,00

Valor em R\$ (R\$/kWh) 2017/R\$5,00

ATENÇÃO

Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$16,08

Faturas em atraso



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

RUA DA PALMA, CENTRO FONE:() 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06544.0-000034

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE FEIRA NOVA

Endereço: RUA JESE LINO DE SOUZA, CENTRO FONE:() (79)3313-1100

FATO

Data e Hora do Fato: 21/10/2017 - 17:00 até 21/10/2017 - 17:30

Endereço: RODOVIA ENGENHEIRO JORGE NETO Número: Complemento: CEP: 49670-000

Bairro: CENTRO Cidade: FEIRA NOVA - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Tipo de local: PÚBLICO Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: MATEUS SANTOS

Nome do pai: NÃO CONSTA Nome da mãe: MARIA NAZARÉ SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 069.339.525-76 RG: 36658600 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA Data de nascimento: 06/12/1994 Sexo: Masculino Cor da cútis: Parda

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: POVOADO IMBIRA Número: Complemento: ZONA RURAL

CEP: 4960000 Bairro: CENTRO Cidade: GRACCHO CARDOSO UF: SE

Proximidades: Telefone: 79 99910-5003


HISTÓRICO

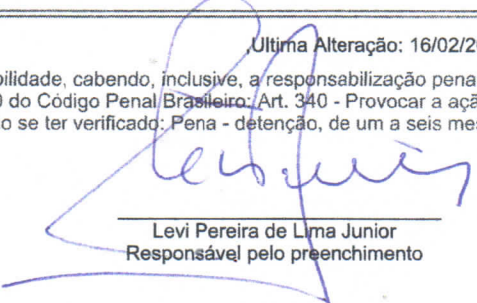
Relata o comunicante que vinha sendo conduzido por João Raimundo Barreto, na garupa da moto deste, uma Honda CG 150 Titan KS, ano 2008/2009, de cor preta, placa IAN-2879/SE, chassi 9C2KC15109R002340, em nome do Condutor, quando, ao tentar desviar de um cachorro que atravessou a via, ambos caíram. O comunicante ao sentir dores, após o acidente, resolveu ir ao Hospital, onde descobriu que tinha havido a fratura da PATELA, necessitando assim de uma intervenção cirúrgica, a qual foi realizada cerca de sessenta dias depois do acidente, quando da disponibilidade da unidade Hospitalar. É o relato.

Data e hora da comunicação: 16/02/2018 às 11:09

Última Alteração: 16/02/2018 às 11:08.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.


MATEUS SANTOS
Responsável pela comunicação


Levi Pereira de Lima Junior
Responsável pelo preenchimento

MS/DATASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

No. DO BE: 471554
CNS:DATA: 22/10/2017 HORA: 08:14 USUARIO: JPEREIRA
SETOR: 04-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : MATHEUS SANNTOS DOC....: 06121994
IDADE.....: 22 ANOS NASC: 06/12/1994 SEXO...: MASCULIN
ENDERECO.....: RUA DO CAMPO NUMERO: 00
COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO.....: GRACHO CARDOSO UF: SE CEP....: 49860-00
NOME PAI/MAE...: NAO TEM /NAZARE DOS SANTOS
RESPONSAVEL...: O PROPRIO TEL....: NAO TEM
PROCEDENCIA...: GRACCHO CARDOSO - SE
ATENDIMENTO...: QUEDA
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Paciente vítima de queda do moto há 01 dia com dor em joelho ①

Rx = Fratura do punho tibial ①

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO: Fratura do punho tibial ① (Schneider II)

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Agendar cirurgia do joelho ① (suspendo)

Exames

Dr. Marcos Roberto Silva
Médico
CRM-SE 5189

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PA

Elaine Reis de Souza

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Adriana Dantas Gomes
Téc de Radiologia
CRP nº 003847

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE NOSSA SENHORA DA GLORIA

No. DO BE: 316374
CNS:DATA: 21/10/2017 HORA: 22:39 USUARIO: LAOREIS
SETOR: 02-CONSULTORIO ADULTO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : MATEUS SANTOS DOC...:
IDADE.....: 22 ANOS NASC: 06/12/1994 SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....: RUA DO CAMPO NUMERO: 0
COMPLEMENTO...: CASA BAIRRO: BRASILIA
MUNICIPIO.....: NOSSA SENHORA DA GLORIA UF: SE CEP....: 49680-00
NOME PAI/MAE...: NAO CONSTA /MARIA NAZARE SANTOS
RESPONSAVEL...: O PROPRIO TEL...:
PROCEDENCIA...: NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE
ATENDIMENTO...: DOR
CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: *C:0 B:0* DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

*Vitima de queda de motocicleta com queimadura de dor moderada
sem fraturas e sem escoriações*

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

D. M. M. M.
PRESCRICAO

CID:

HORARIO DA MEDICACAO

@ Rx de joelho D APD
@ Clonazepam 1 PRX 100 mg 50512
@ Risperidona 1mg + APD
@ Quetiapina 150mg + APD

10:00
10:00
10:00
10:00

DATA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIOHORA DA SAIDA: :
[] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IMAT. ANAT. PATOL.

Elaine Reis de Souza
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

Geraldo Nunes de Almeida Junior
Médico
CRM/SE-5343
Nº 7012150 DO MEDICO



NOME: MATEUS SANTOS

RELATÓRIO DE ALTA HOSPITALAR

1ª REVISÃO – AMBULATÓRIO DO HOSPITAL CIRURGIA

MARCAR PELO TEL. (79) 2106-7324 / 98125-1993 (SEG a SEX -7-19h)

Cirurgia realizada por Dr. LUCIANO PASSOS em 21 / 12 2017

Diagnóstico: F. TÍBIA

ORIENTAÇÕES

- CURATIVO DIÁRIO NO POSTO DE SAÚDE
- RETIRAR PONTOS NA REVISÃO
- NÃO PISAR ATÉ ORDEM MÉDICA
- NÃO CRUZAR AS PERNAS ATÉ ORDEM MÉDICA
- NÃO TIRAR A TIPÓIA ATÉ ORDEM MÉDICA
- SE NECESSÁRIO, PEGAR RELATÓRIO NA 1ª REVISÃO

ARACAJU, 23 / 12 / 2017

Dr. Marcos Serra Silveira
Cardiologia
CRM-SE 3105



HOSPITAL DE CLÍNICAS DE AUGUSTO LEITE
RELATÓRIO DO ATO CIRÚRGICO

UNIDADE:

PACIENTE:

MATRICULA:

IDADE:

CONVÊNIO:

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO:

CIRURGIA REALIZADA:

CIRURGIÃO:

AUXILIAR:

AUXILIAR:

ANESTESIOLOGISTA:

AUXILIAR:

ANESTESIA UTILIZADA:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:

EQUIPAMENTOS

☐

B. E. / BIPOLAR

☐

TRÉPANO ELÉTRICO

☐

SERRA ELÉTRICA

☐

MICROSCÓPIO CIRÚRGICO

☐

FONTE DE LUZ / FIBRA ÓTICA

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO:

1) Identificação
2) Acesso em ponto para
3) Anestesia Antérgica
4) Comprimidos
5) Redução Inerente e fixação
com 2 pontos comulsíveis
nova Comg
6) Sutura

DATA

ASSINATURA DO CIRURGIÃO

MOD. 042-HCAL



(/)



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180120507 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MATEUS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Filial Aracaju-SE

BENEFICIÁRIO MATEUS SANTOS

CPF/CNPJ: 06933952576

Posição em 19-07-2018 13:00:49

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indi

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
06/04/2018	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
13/04/2018	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	📎 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/G3flbfigS1I__us+C9kB0Fw==api_key=kBgtVzHSVBgElJzShqvPTxAMt+XBlg7UUE2yQRYjZ2A=)
23/03/2018	Interrupção de Prazo	📎 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/XkvW9k+YoqNG0HsuJWbSapi_key=kBgtVzHSVBgElJzShqvPTxAMt+XBlg7UUE2yQRYjZ2A=)
17/03/2018	Aviso de Sinistro	📎 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/AjPnEhI5mHVBbJhiz8LGy/api_key=kBgtVzHSVBgElJzShqvPTxAMt+XBlg7UUE2yQRYjZ2A=)



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documentos Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)<https://www.seguradoralider.com.br>

(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)

(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)

trk=tyah&trkInfo=clickedVertical:company%2cclickedEntityId:10845224%2cidx:2-1-

2%2ctarId:1467409339633%2ctas:Seguradora%20%C3%ADder)

Serviços

- › [Acompanhe seu Processo \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › [Consulta a Pagamentos \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › [Saiba Como Pagar \(/Pages/Saiba-como-pagar.aspx\)](/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › [Pontos de Atendimento \(/Pontos-de-Atendimento\)](#)
- › [Como Pedir Indenização \(/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao\)](/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › [Chat - Atendimento On-line \(/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line\)](/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › [Dúvidas, Reclamações e Sugestões \(/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes\)](/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › [SAC DPVAT \(/Contato/Sac-DPVAT\)](/Contato/Sac-DPVAT)
- › [Ouvidoria \(/Contato/Ouvidoria\)](/Contato/Ouvidoria)

» [Denúncia de Fraudes \(/Contato/Denuncia-de-Fraudes\)](#)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GRACCHO CARDOSO DA COMARCA DE GRACCHO CARDOSO
Rua da Glória, Bairro Centro, Graccho Cardoso/SE, CEP 49860000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201860200389

DATA:

04/12/2018

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que autuei e distribuí a presente ação no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.{Via Movimentação em Lote nº 201800303}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GRACCHO CARDOSO DA COMARCA DE GRACCHO CARDOSO
Rua da Glória, Bairro Centro, Graccho Cardoso/SE, CEP 49860000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201860200389

DATA:

04/12/2018

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Autos conclusos.{Via Movimentação em Lote nº 201800304}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GRACCHO CARDOSO DA COMARCA DE GRACCHO CARDOSO
Rua da Glória, Bairro Centro, Graccho Cardoso/SE, CEP 49860000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201860200389

DATA:

05/12/2018

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

[...] Nesse prisma, é imprescindível que se tenha a exata noção do papel da conciliação e da mediação, cujo objetivo passa, necessariamente, pela vontade das partes. Ademais, saliento que, obviamente, havendo interesse em conciliar, é possível a manifestação nos autos do desejo na realização da assentada conciliatória, de forma que a harmonia pela audiência poderá resultar em sua realização. Diante do exposto, cite-se a parte demandada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar no mandado as advertências do art. 345, CPC. Por fim, defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Graccho Cardoso**

Nº Processo 201860200389 - Número Único: 0000367-18.2018.8.25.0003

Autor: MATEUS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Compulsando os autos, verifico que a parte autora manifestou na Petição Inicial seu desinteresse pela realização da audiência de conciliação, razão pela qual deixo de proceder com a marcação da assentada conciliatória, haja vista a sua aparente impertinência neste momento processual.

Por oportuno, saliento que a inobservância – ou intransigência – da manifestação posta pela parte autora representaria uma dilação processual, afastando-se da base principiológica consagrada no CPC (art. 6º) e na Constituição Federal, que estabelece, em seu art. 5º, LXXVIII, a razoável duração do processo.

Ademais, dada a realidade enfrentada diariamente pelo Judiciário, a marcação de audiência de conciliação e mediação, após a parte demandante ter expresso que não tem interesse em sua realização, representaria uma transgressão ao princípio da economia processual, ao passo que a designação de pauta para uma audiência “natimorta” causaria verdadeiros embaraços, tendo em vista o evidente desvio da atividade processual, com atos onerosos (não só ao Judiciário, como as partes também), desnecessários e conflitantes com a rápida solução do litígio.

Nesse trilhar, destaco que a doutrina e a jurisprudência tem relativizado a interpretação do art. 334, §4º, I do CPC, facultando ao Julgador a marcação (ou não) da audiência de conciliação e mediação ante o desinteresse manifesto pela parte autora. A respeito disso, consigno os seguintes julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SINISTRO ENVOLVENDO VEÍCULO DA DEMANDADA. **NÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PELO JUÍZO APÓS MANIFESTO DESINTERESSE DA PARTE AUTORA. FACULDADE DO JULGADOR.** REQUERIDA DEVIDAMENTE CITADA. DECRETAÇÃO DA REVELIA. OPORTUNIZADA A APRESENTAÇÃO DE DEFESA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONSTATADO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. PRELIMINAR RECHAÇADA. DEMANDADA REVEL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO QUANTO AS MATÉRIAS FÁTICAS NELE CONTEMPLADAS. DANO MORAL CONFIGURADO – MINORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – DESCABIMENTO – MONTANTE FIXADO COM LASTRO NOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, IMPROVIDO. (Apelação Cível nº 201700719865 nº único 0000554-77.2016.8.25.0041 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Osório de Araújo Ramos Filho - Julgado em 31/10/2017).

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – PEDIDO GENÉRICO DE REVOGAÇÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PLEITO NÃO CONHECIDO POR FULCRO DO ART. 932, III, CPC/2015 – **NÃO DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. POSSIBILIDADE. MANIFESTO DESINTERESSE DA PARTE AUTORA E INÉRCIA PROCESSUAL DA PARTE RÉ, APESAR DE DEVIDAMENTE CITADA** - INSUFICIÊNCIA DO

ACERVO PROBATÓRIO AUTORAL A CORROBORAR SUAS ALEGAÇÕES. NÃO SE DESINCUMBIRA APARTE AUTORA DO ÔNUS DE PROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DO VÍNCULO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS ACOMPANHADAS DE MERA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DIRECIONADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARTE ESTRANHA À LIDE – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NA PARTE CONHECIDA PROVIDO. 1. Não se conhece do recurso na parte em que o recorrente deixar de promover a impugnação específica, sendo este recurso apreciado, tão somente, no que pertine às proposições da sentença recorrida que tenham sido devidamente refutada, nos termos do artigo 1.013 do CPC/2015. 2. Não há de se falar em cerceamento do direito de defesa em razão de não designada a audiência de conciliação, quando, sequer buscara a parte defender-se com idoneidade e tempestividade nos autos, e, nem mesmo, corroborara os concretos prejuízos desta não realização. 3. Apenas há de presumir-se válidas as alegações exordiais quando minimamente amparadas por provas constitutivas. Não há, in casu, o contrato do serviço prestado, ou demonstrativos de qualquer troca de informações entre as partes a atestar a existência do vínculo entre estas, ou, ainda, indicativos do próprio serviço jornalístico prestado – este de pública e fácil comprovação. 4. Recurso parcialmente conhecido e na parte conhecida restou provido em parte. (Apelação Cível nº 201700803666 nº único0026655-77.2016.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Alberto Romeu Gouveia Leite - Julgado em 29/08/2017).

Nesse prisma, é imprescindível que se tenha a exata noção do papel da conciliação e da mediação, cujo objetivo passa, necessariamente, pela vontade das partes. Ademais, saliento que, obviamente, havendo interesse em conciliar, é possível a manifestação nos autos do desejo na realização da assentada conciliatória, de forma que a harmonia pela audiência poderá resultar em sua realização.

Diante do exposto, cite-se a parte demandada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar no mandado as advertências do art. 345, CPC.

Por fim, defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora.



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Silva Reis, Juiz(a) de Graccho Cardoso**, em 05/12/2018, às 10:47:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2018003028393-31**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GRACCHO CARDOSO DA COMARCA DE GRACCHO CARDOSO
Rua da Glória, Bairro Centro, Graccho Cardoso/SE, CEP 49860000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201860200389

DATA:

19/03/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi a carta de citação nº 201960200420 (Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GRACCHO CARDOSO DA COMARCA DE GRACCHO CARDOSO
Rua da Glória, Bairro Centro, Graccho Cardoso/SE, CEP 49860000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201860200389

DATA:

19/03/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201960200420 do tipo Citacao geral - Carta [TM801,MD1737]

{Destinatário(a): Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Graccho Cardoso
RUA EDUARDO CHAVES, Nº 93
Bairro - CENTRO Cidade - AQUIDABÃ
Cep - 49790000 Telefone - 3341-1359

Normal(Justiça Gratuita)



201960200420

PROCESSO: 201860200389 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000367-18.2018.8.25.0003
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: MATEUS SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída da ação acima identificada, tem por finalidade a **citação** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-a de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

Finalidade: Responder em prazo de 15 (quinze) dias dias.

Despacho: [...] Nesse prisma, é imprescindível que se tenha a exata noção do papel da conciliação e da mediação, cujo objetivo passa, necessariamente, pela vontade das partes. Ademais, saliento que, obviamente, havendo interesse em conciliar, é possível a manifestação nos autos do desejo na realização da assentada conciliatória, de forma que a harmonia pela audiência poderá resultar em sua realização. Diante do exposto, cite-se a parte demandada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar no mandado as advertências do art. 345, CPC. Por fim, defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Residência : Rua Senador Dantas, 5º Andar, 74
Bairro : Centro
Cep : 20031205
Cidade : Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM801, MD1737]



Documento assinado eletronicamente por **OTÁVIO DE AGUIAR PENALVA, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Graccho Cardoso**, em 19/03/2019, às 12:09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000643084-64**.